



GÊNERO E INCLUSÃO NA ESCOLA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA SEXO-GÊNERO A PARTIR DA ANÁLISE DE TRÊS REPORTAGENS

Leonídia Aparecida Pereira da Silva¹

*“Que corpo é este que me impõe uma identidade,
um lugar no mundo,
que me conduz no labirinto das normas e valores
sociais morais?
Que corpo é este que eu habito, cuja imagem
invertida reflete o olhar-espelho dos outros?
Que corpo é este, afinal, que sendo apenas um,
pode tornar-se dois,
ocupando o mesmo lugar no espaço?”
(TÂNIA NAVARRO SWAIN)*

Resumo: A grosso modo, a identidade de gênero é vivida através do corpo, como também é nele que se inscreve o sistema sexo/gênero. Consonante a isto tem-se a ideia de gênero enquanto desigualdade social, no sentido de que há diferenças entre os gêneros partindo das interações sociais diretamente ligadas às relações de poder. No trabalho em questão, tais perspectivas visam problematizar especificamente o sistema sexo/gênero voltando-se para as relações de poder, para a desigualdade e para as relações entre os atores envolvidos que dizem respeito a três contextos distintos. Pretende-se trazer à baila possíveis construções que podem ser feitas no âmbito escolar, no sentido de abarcar as possibilidades de identidade de gênero e oferecer uma nova configuração que permita que uma nova teia de significados seja construída acerca dessa problemática. Diante disso, realizou-se uma pesquisa documental concernente a três reportagens veiculadas na internet e que versaram sobre o sistema sexo/gênero vivido por três alunos no contexto escolar, especificamente por duas crianças e um adolescente de modo a analisá-las a partir de referenciais teóricos sobre gênero. Percebeu-se que se faz imprescindível encarar o gênero enquanto uma construção social diretamente ligada às relações de poder que instituem normas, regras e modelos que visam naturalizar os padrões hegemônicos por elas instituídos e subverter os que dela fogem ou os que dela transgridam. Cabe então problematizar tais normas e abarcar as transgressões a elas, não as descaracterizando, mas as contemplando.

Palavras-chave: sistema sexo/gênero, identidade de gênero, corpo, escola, inclusão.

INTRODUÇÃO

Esses questionamentos feitos por Tânia Navarro Swain poder-se-iam ser situadas fazendo as devidas modificações a diferentes identidades (SWAIN, 2000). Especificamente no caso do presente trabalho, investe-se àquelas que fazem parte, segundo Preciado (2004),

¹Residente de Psicologia da Residência Multiprofissional em Saúde da Criança (REMUSC/SES-PB), leonidiapereira1@gmail.com;



“[d]os diferentes elementos do sistema sexo/gênero denominados “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transexual”, bem como suas práticas e identidades sexuais” (Preciado, 2004, p. 22). Nesse sentido, encarnando a ideia de gênero enquanto desigualdade social, no sentido de que há diferenças entre os gêneros partindo das interações sociais diretamente ligadas às relações de poder, tem-se que, segundo Scott (1995 apud Galinkin; Ismael, 2011, p. 503), gênero “é um construto analítico usado para explicar as relações sociais entre as pessoas de diferentes sexos e orientações sexuais, assim como a variedade de sentidos atribuídos a essas diferenças, que ocorrem nas várias culturas e diversas sociedades”. Corroborando a isso, destaca-se a ideia de gênero enquanto construção social que demarca modelos, comportamentos e atributos a fim de instituir o que caracteriza o feminino e o masculino de modo que ser mulher ou ser homem não é o mesmo que ser do sexo feminino ou masculino, uma vez que decorre da incorporação dos papéis construídos socialmente e delimitados para determinado gênero (SCOTT, 1989; 2005 apud ROSISTOLATO, 2009, p. 14).

Valendo enfatizar que tais problemáticas trazem à tona um alguém que é identificado numa composição social e cultural já modalizado em um ser. Devendo-se a inquietude das interrogações de Swain (2000) ao reconhecimento de um discurso que controla, regula, normatiza, institui, enfim, parece tentar dominar pelo corpo ou no corpo.

Nesse sentido, o corpo é o ponto de partida para a experiência. É ele que a inaugura e a inicia ao mesmo tempo em que a consubstancia, ou seja, a existência é corporal (LE BRETON, 2012). Nesse viés, enquanto tema, o corpo se apresenta como a raiz identificadora do homem. Sem ele, o homem não existiria.

A partir dessa premissa de corpo e situando-o num ideário, destacam-se as dicotomias de gênero entendido como uma identidade social, inscritas sobre o corpo a fim de chegar à ideia de humano a partir do corpo, visto que esse reconhecimento do gênero e sua relação com o corpo produz a materialidade do gênero. A grosso modo, a identidade de gênero é vivida através do corpo, como também é nele que se inscreve o sistema sexo/gênero. E é esta inteligibilidade que faz com que os corpos, em acordo com as normas de gênero, possam ser conhecidos como humanos, possuindo sexo, de forma ideal identificado como macho ou fêmea e uma sexualidade própria (LEITE-JÚNIOR, 2011). Desse modo, se normatiza o que é inteligível a partir de um sentido de continuidade e coerência nas relações “aceitáveis”, sendo que é partindo daí que o desviante se cria, reforça-se o binarismo homem-mulher e se organiza na sociedade as concepções de identidade de gênero.



Nesse viés, tem-se como regulação das identidades de gênero ideias essencialistas, normatizadoras, aplicadas a todos e construídas histórica e temporalmente inseridas em relações de poder que geram desigualdades como bem discute De Romani (1982) ao assinalar que abordar a identidade de gênero de forma a-histórica e atemporal desvenda o intuito de lhe atribuir o caráter do que é fixo, natural, eterno e imutável. Constituindo-se em um discurso que situa a assimetria sexual no plano da natureza (DE ROMANI, 1982).

Partindo dessas premissas, no trabalho em questão, tais perspectivas visam problematizar especificamente o sistema sexo/gênero voltando-se para as relações de poder, para a desigualdade e para as relações entre os atores envolvidos que dizem respeito a três contextos distintos. Especificamente, fazem referência a situações vivenciadas por três alunos no contexto escolar (duas crianças e um adolescente) de modo a analisá-las a partir de referenciais teóricos sobre gênero. Pretende-se assim, trazer à baila possíveis construções que podem ser feitas no âmbito escolar, no sentido de abarcar as possibilidades de identidade de gênero e oferecer uma nova configuração que permita que uma nova teia de significados seja construída acerca dessa problemática..

Desse modo, buscou-se aqui analisar três reportagens. A primeira, veiculada pelo portal Uol Educação em 28 de fevereiro de 2013 e intitulada *Pais denunciam escola por proibir criança transgênero de usar banheiro das meninas* (UOL, 2013). A segunda, veiculada pelo portal iG, em 25 de abril de 2014 e intitulada *Arthur, transexual de 13 anos: "Acho que só quero chamar atenção"* (iG, 2014). E a terceira e última, veiculada assim como a primeira, pelo portal Uol, no dia 01 de setembro de 2012 e intitulada *Para apoiar filho de 5 anos que prefere usar vestidos, pai na Alemanha passa a usar saias* (UOL, 2012).

METODOLOGIA

Guiando-se por uma abordagem qualitativa, intenciona-se conforme Minayo (2000), respostas a determinadas questões que contemplam um universo de significados, valores, crenças, motivos, aspirações e atitudes de modo que não podem ser quantificadas. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa documental concernente a três reportagens veiculadas na internet e que versaram sobre o sistema sexo/gênero vividos por três crianças no contexto educacional. Destaca-se que a pesquisa documental caracteriza-se pela busca por elementos em documentos que não passaram por nenhum tratamento analítico, podendo



contemplar reportagens veiculadas em diferentes mídias, filmes, séries, novelas, revistas e relatórios (OLIVEIRA, 2007).

Em consonância com Ferrari (1982), pontua-se que esse tipo de pesquisa é realizado a partir do uso de materiais prontos que são passíveis de serem analisados e sobre os quais se pode inferir ideias. Busca-se assim, realizar uma análise interna a partir de embasamentos teóricos sobre o sistema sexo-gênero de modo a evitar preferências pessoais e subjetivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira reportagem intitulada *Pais denunciam escola por proibir criança transgênero de usar banheiro das meninas*, trata de Coy Mathis, uma criança de seis anos que nasceu menino, mas se identifica como menina. Ela começou a frequentar a escola em dezembro de 2011, mas foi tirada de lá após o problema, quando os pais Kathryn e Jeremy Mathis optaram pela educação doméstica. Coy transgride os padrões normatizados no que diz respeito a apresentar um sexo biológico masculino deveria vestir-se de acordo com vestimentas socialmente relacionadas ao sexo masculino, no entanto, usa roupas femininas. Na escola, seus colegas e professores passaram então a se referir à criança por pronomes femininos. Entretanto, no mês de dezembro a escola determinou que a criança teria a obrigação de escolher entre usar o banheiro dos meninos, o banheiro dos funcionários ou o da enfermaria (UOL, 2013).

Partindo desse contexto do sistema sexo/gênero vivido por Coy, destaca-se que a questão que se coloca em discussão não é a aceitação ou não de sua identidade sexual, mas sim a construção feita a partir de sua condição nos âmbitos nos quais ele interage socialmente, seja com a comunidade escolar ou com a sua família (UOL, 2013). Quanto a isto Rosistolato (2009) assesta que a construção de propostas de intervenção advindas do contexto escolar voltadas para a socialização afetivo-sexual dos adolescentes, agencia a ressignificação de classificações coletivas alusivas aos papéis sociais da família e da escola. Sendo assim, ao invés de se investir para que a criança ou o adolescente atenda à norma, é de suma importância, para atender à idiosincrasia da criança ou do adolescente, que o gênero seja trabalhado de modo “que nenhum comportamento sexual seja desvalorizado no desenvolvimento dos projetos de orientação sexual” (ROSISTOLATO, 2009, p. 13)

No que se refere à posição dos pais de Coy, em relação à decisão da escola, observa-se que eles defendem que tal decisão termina por estigmatizar a criança ao mesmo tempo em que



preferem não abarcar a diferença de modo a trazer para os outros alunos a questão de que há além dos modelos heteronormativos dicotômicos de sexo/gênero ou de novas identidades de sexo/gênero (UOL, 2013). Desse modo, cabe salientar a relação de poder que a escola exerce ao decidir trabalhar ou não com uma orientação sexual que abarque os mais diferentes modos de sexo/gênero e não apenas aqueles ditos heteronormativos o que termina por restringir os alunos a uma visão única e não ampla acerca das questões de gênero. Corroborando a isso, de acordo com Bento (2004, p. 10), o gênero também pode ser pensado como sendo “uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, lingüísticas, domésticas, escolares que produzem corpos-homens e corpos-mulheres”, daí o poder que a escola como também as instituições médicas, e domésticas podem, por exemplo, exercer nas questões de gênero.

Já a segunda reportagem intitulada *Arthur, transexual de 13 anos: “Aham que só quero chamar atenção”*, trata de Arthur, um transexual que nasceu biologicamente como sendo menina, mas que acabou se percebendo como diferente aos quatro anos de idade. Logo em seu primeiro contato com a referida reportagem, o adolescente destaca ter tirado zero na prova de História por ter escrito o seu nome social e não o de registro, sendo alegado pela professora que Arthur teria rasurado a avaliação (iG, 2014). Atrelado a isso, se tem o discurso heteronormativo que estabelece expectativas em relação ao que se entende como feminilidade e como masculinidade a partir da relação direta do gênero com o sexo biológico. Nesse sentido, de acordo com Galinkin e Ismael (2011, p. 509) ao nascer, a afirmação “é um menino” ou “é uma menina”, proferida pelo(a) médico(a) ou pela parteira determina simultaneamente “o sexo e o gênero da criança, assim como as implicações de pertença a um ou outro sexo e as expectativas sociais em relação ao recém-nascido”.

Apesar de tal posicionamento da professora estar diretamente ligado às expectativas heteronormativas, percebe-se que, diferentemente dela, os pais aceitam a identidade de gênero do filho, fato esse comprovado, por exemplo, com a declaração da mãe dele, uma bióloga de 36 anos que relembra o fato de Arthur não ter mostrado interesse por boneca ou por coisas cor-de-rosa, o que fez com que ela dissesse para quem o fosse presentear que desse roupas para ele evitando assim, possíveis presentes atribuídos à meninas. No entanto, assim que Arthur decidiu assumir um corte tipicamente masculino em seu cabelo passou a sofrer constantemente agressões de uma colega de escola que batia no adolescente e dizia que menina tinha que gostar de rosa e ter cabelo comprido, o que provocou muita tristeza em Arthur (iG, 2014). Percebe-se aí as expectativas sociais advindas da heteronormatividade em



relação aos corpos-homem e corpos-mulher. No tocante a isto Galinkin e Ismael (2011, p. 510) pontuam que “hoje assume-se como certo que existem dois sexos humanos biologicamente definidos, um masculino e outro feminino, certeza partilhada pelo senso comum e pelas áreas médicas”.

Ao assumir a sua identidade masculina, Arthur modificou também seu modo de se vestir passando, além de usar roupas masculinas a usar uma faixa elástica e duas camisas para ajudar a esconder os seios. Uma vez fazendo referência a isso, o adolescente expõe que, enquanto ele procura esconder os seus seios, as amigas dele usam dois sutiãs com o objetivo de ter peitos aparentemente maiores, ironiza o adolescente, que mudou também de nome nas redes sociais (iG, 2014). Atrelado a isso, para Butler (1999, p.34 apud Galinkin; Ismael 2011, p. 510) “as idealizações dos gêneros estabelecerão os domínios da masculinidade e da feminilidade”, delimitando desse modo as inscrições que caracterizam e diferenciam o que é apropriado para homens e para mulheres. Sendo que o que foge a essas inscrições não deveria, a princípio, gerar nenhum tipo de problema social, mas gera justamente porque tais inscrições exercem um poder de coerção muito grande.

Partindo-se do caso de Arthur, abre-se então um leque de possibilidade de formas de ser e estar que dizem respeito ao sistema sexo/gênero e que fogem do modelo heteronormativo, apresentando-se como transgressão à norma. Desse modo, de acordo com Galinkin e Ismael (2011, p. 516) “da matriz homossexualidade e homossexual desdobram-se várias formas de ser e estar que se opõem à heterossexualidade que normatiza corpos e gênero”.

Uma das preocupações do pai de Arthur, um psicólogo de 37 anos, é com o fato de se fazer valer a lei que obriga as pessoas, de um modo geral, a se referirem ao garoto pelo seu nome social e não pelo de registro, a partir da alteração do nome do adolescente nos seus documentos (iG, 2014). A lei a qual ele se refere é a Lei Estadual 10.948/01 do Estado de São Paulo que, além de punir atos de homofobia, obriga também os estabelecimentos e instituições a tratarem os transexuais por seu nome social.

No que se refere à escola onde Arthur estuda, apesar de apresentar uma certa abertura à identidade de gênero do adolescente, termina por ainda ter algumas restrições, como por exemplo, a não aceitação de sua condição humana por parte de alguns professores, apesar de a maioria aceita-lo e tratá-lo como “Arthur” e também a questão do banheiro que está se apresentando como uma problemática a ser discutida e resolvida. Em relação a isso, Arthur afirma que sempre que um professor não respeita o seu nome social,



os seus amigos de sala fazem a devida correção (iG, 2014). Relacionando-se a isso tem-se, baseando-se em Rosistolato (2009, p. 12) “um deslocamento do privado para o público de forma que uma tarefa antes circunscrita à família passa a ser entendida como função social da escola”. Nesse sentido, cabe à escola abarcar as questões de gênero e dar conta da realidade aí posta no sentido de novos modelos de sexo/gênero. Desse modo, como afirma Rosistolato (2009) acerca do sistema educacional e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, como sendo ferramentas para lidar com tal realidade:

A partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a escola ganha legitimidade para desenvolver projetos estruturados a partir de três blocos de conteúdo: a) corpo – matriz da sexualidade; b) relações de gênero; e c) prevenção a doenças sexualmente transmissíveis (Aids) em todo o território nacional.(ROSISTOLATO, 2009, p. 12)

Cabendo à cada sistema educacional a responsabilidade para adaptar a proposta à realidade sociocultural na qual as suas escolas estão inseridas, de modo a estabelecer uma junção entre “a proposta universal trazida pelos parâmetros e a realidade vivida por professores e alunos durante suas atividades cotidianas” (ROSISTOLATO, 2009, 13)

A terceira e última reportagem intitulada *Para apoiar filho de 5 anos que prefere usar vestidos, pai na Alemanha passa a usar saias*, trata de Nils Pickert um pai que reside em uma pequena cidade da Alemanha e diz preferir criar seus filhos com igualdade. Para tanto, ele decide usar saias quando, por exemplo, conduz o seu filho de cinco anos para a escola, já que o pequeno prefere usar vestidos ao invés de calças compridas (UOL, 2012). Cabendo destacar que nesse caso essa criança não é transgênero, apenas prefere usar saias. Segundo Galinkin e Ismael (2011) com a corrente feminista teórica *Queer* os estudos sobre relações de gênero passam a se engajar no sentido de uma rejeição ao padrão heteronormativo dominante que padroniza modelos, comportamentos, vestimentas e aparência física de corpos-homem e corpos-mulher, como também rejeita a concepção de família tradicional.

Nesse sentido, o fato de Pickert aderir à vestimenta de saias para apoiar o filho de cinco anos que usa vestidos ao invés de roupas masculinas, acaba provocando situações excêntricas como o exemplo dado pelo pai ao contar que uma mulher que ficou encarando os dois na rua demonstrando tanto espanto que chegou a esbarrar em um poste. Tal acontecimento provocou riso no filho de Pickert, pegando mais tarde outro vestido para usar no dia seguinte (UOL, 2012).



Mais à frente o pai acrescenta que o filho passou também a pintar as unhas. Alegando para o pai que ele também ficaria muito bem de unhas pintadas. O fato de o pai apoiá-lo aceitando a sua preferência e aderindo às vestimentas parecidas, só engloba a diferença. Por sua vez, o pai de modo algum descaracteriza/descontextualiza a alteridade do garoto, pelo contrário, a contempla e a compreende em sua totalidade, o que é basilar para que a criança forme a sua subjetividade e se perceba enquanto sujeito. Como aponta o pai, agora, quando outras crianças riem dele, ele as rebate dizendo que só riem dele porque os pais desses garotos não têm coragem de usar vestidos também (UOL, 2012).

Nesse contexto, ao agir dessa forma Pickert está, de certo modo, ao quebrar a expectativa da sociedade que espera que o mesmo use roupas masculinas e faça com que o filho também as use, contribuindo para desconstruir um paradigma social/ um "padrão" instituído pela coletividade. Corroborando a isso, de acordo com Lauretis (1994, p. 208 apud GALINKIN; ISMAEL, 2011, p. 535) “necessitamos de um conceito de gênero que não esteja tão preso à diferença sexual a ponto de virtualmente se confundir com ela, fazendo com que o gênero seja considerado uma derivação direta da diferença sexual”. Desse modo, se faz necessário também de acordo com Lauretis (1994) como sendo “múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido” (LAURETIS, 1994, p. 208 apud GALINKIN; ISMAEL, 2011, p. 535). Nesse sentido, as perspectivas atuais desviam-se das ditas dicotomias de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ademais, as três situações aqui problematizadas no que se refere ao sistema sexo/gênero estão diretamente ligadas à discussão de gênero no contexto escolar. Nesse sentido, se faz necessário diante desses contextos, que se busque compreender as diferenças em sua totalidade sem descaracterizá-las.

Assim, faz-se imprescindível encarar o gênero enquanto uma construção social diretamente ligada às relações de poder que instituem normas, regras e modelos que visam naturalizar os padrões hegemônicos por elas instituídos e subverter os que delas fogem ou os que dela transgridam. Sendo assim, cabe então problematizar tais normas e abarcar as transgressões a elas, não as descaracterizando, mas as contemplando. Gênero não é, pois um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transações: ele não existe nas pessoas, mas sim nas relações. Portanto, é a partir da transformação dessas relações e dos significados



e representações por elas produzidas, em relação ao gênero, que se devem dar as transformações, no sentido de novas construções de gênero.

REFERÊNCIAS

Pais denunciam escola por proibir criança transgênero de usar banheiro das meninas. **UOL**. São Paulo, 28 de fev de 2013. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/02/28/pais-denunciam-escola-por-proibir-filho-transgenero-de-usar-banheiro-das-meninas.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 27 de jul de 2020.

Para apoiar filho de 5 anos que prefere usar vestidos, pai na Alemanha passa a usar saias. **UOL**. São Paulo, 01 de set de 2012. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/09/01/para-apoiar-filho-que-prefere-usar-vestidos-pai-na-alemanha-passa-a-usar-saias.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 27 de jul de 2020.

Arthur, transexual de 13 anos: “Acham que só quero chamar atenção”. **iG**. Ribeirão Preto, 25 de abr de 2014. Disponível em: <https://igay.ig.com.br/2014-04-25/arthur-transexual-de-13-anos-acham-que-so-querer-chamar-atencao.html> Acesso em: 27 de jul de 2020.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: Louro, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DE ROMANI, Jacqueline Pitanguy. *Mulher, Natureza e Sociedade*, In: Luz, M. (Org.) **O Lugar da Mulher. estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

GALINKIN, Ana Lúcia; ISMAEL, Eliana. *Gênero*. In CAMINO, L; TORRES, A.R.R.; LIMA, M.E.O.; PEREIRA, M.E. (Orgs.). **Psicologia social: temas e teorias**. Brasília: Technopolitik, 2011.

LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia de Gênero*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LEITE-JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011. (Série Sexualidade e Direitos Humanos).



MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro --. São Paulo, 2004.

ROSISTOLATO, Rodrigo Pereira da Rocha. Gênero e cotidiano escolar: dilemas e perspectivas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 11-30, abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100002>.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomandismoidentitário?”. **Textos de História**. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB., v. 8, n. 1-2, p. 47-84, 2000.